

## “O centro parou<sup>1</sup>”: uma análise da cobertura do Diário de Pernambuco sobre as manifestações de 20 de junho de 2013 no Recife <sup>2</sup>

Laís Cristine Ferreira CARDOSO<sup>3</sup>

Nataly de Queiroz LIMA<sup>4</sup>

Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>5</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### Resumo

O presente artigo visa analisar a cobertura do Diário de Pernambuco sobre a manifestação de 20 de junho de 2013 no Recife, parte importante dos protestos da Jornada de Junho. Para a realização do estudo, utilizamos a análise de conteúdo e aspectos da análise pragmática da narrativa jornalística. Também foi realizada revisão bibliográfica acerca de discurso jornalístico, papel da linguagem na constituição social, relação entre mídia e interesses privados, e são feitos alguns apontamentos acerca da cobertura midiática dos protestos de 2013, a partir de teóricos como Habermas (1984;1997), Castells (2003), Dijk (2008), (2007), Lima (2013), entre outros. Na análise, percebeu-se que a narrativa elaborada pelo Diário de Pernambuco se baseou da dicotomia violência x paz, rompendo parcialmente com o enquadramento de criminalização dos movimentos sociais comum nestas coberturas.

**Palavras-chave:** Teoria do Jornalismo; Mídia; Manifestações Populares; Democracia Deliberativa; Ciência Política.

A partir do mês de junho de 2013, intensas manifestações populares ocorreram nas principais capitais e regiões metropolitanas do Brasil. Os protestos tiveram o objetivo inicial de contestar o aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de transporte público por todo o país. Durante o processo, as ações de rua ampliaram-se e incorporaram novas reivindicações: contra a corrupção, o desemprego e o aumento da inflação; melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação; contra a PEC 37 - Projeto de Emenda Constitucional que proibiria o poder de investigação do Ministério Público, restringindo-o apenas às polícias Federal e Civis; contra a “Cura gay” - Projeto de Decreto Legislativo 234/11 que altera uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe psicólogos de considerarem a

---

<sup>1</sup> Título de matéria sobre a manifestação do dia 20 de junho no Recife veiculada pelo Diário de Pernambuco, na edição do dia 21 de junho de 2013, editoria de Política, página A3.

<sup>2</sup> Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

<sup>3</sup> Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialista em Direitos Humanos pela Unicap. E-mail: [lais.ferreira@gmail.com](mailto:lais.ferreira@gmail.com).

<sup>4</sup> Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora das Faculdades Integradas Barros Melo (FIBAM/AESO). E-mail: [queiroz.nataly@gmail.com](mailto:queiroz.nataly@gmail.com)

<sup>5</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [hclrocha@gmail.com](mailto:hclrocha@gmail.com).

homossexualidade uma doença e de tentarem mudar a orientação sexual de seus pacientes; dentre outras bandeiras.

Os gastos públicos com a Copa das Confederações no Brasil e a Copa do Mundo FIFA de 2014 também foram alvos dos protestos, nos quais os ativistas, além de criticarem o montante investido nos dois campeonatos, reivindicaram a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) para verificar possíveis superfaturamentos. As manifestações com maior expressão, tanto pelo número de participantes quanto no espaço ocupado nos jornais, tiveram início na cidade de São Paulo e foram impulsionadas pelo Movimento Passe Livre - MPL, que se define como um movimento social independente que luta por um “transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”<sup>6</sup> (MOVIMENTO PASSE LIVRE).

Em 13 de junho, mais de cinco mil pessoas se reuniram em pontos, como a Avenida Paulista, para se manifestar contra o aumento das tarifas do transporte público municipal. No decorrer da semana, manifestantes de outras capitais brasileiras, como Maceió, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, foram às ruas pelos mesmos motivos, tomando o aumento da passagem do transporte público como estopim para protestar contra o governo e expor outros problemas sociais. Foram registrados episódios de vandalismo, e a violenta repressão policial aos atos contribuiu com a indignação da população, o que culminou com maior número de adesões aos protestos.

As ações de junho se espalharam por várias cidades brasileiras e foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992, e do movimento Diretas Já!, em 1984, que lutava pelas eleições diretas no país, durante a Ditadura Militar. Os protestos desencadearam manifestações populares ao longo dos meses de julho e agosto, convocadas pelos ativistas sobretudo por meio das redes sociais. Elas provocaram paralisações nacionais e a greve geral no dia 07 de setembro.

Diante da pluralidade das manifestações, em especial no que se refere ao número de protestos ocorridos em vários dias e cidades diferentes, decidiu-se ter como objeto de estudo as ações de rua ocorridas no dia 20 de junho de 2013 na cidade do Recife. Esse recorte temporal se fez necessário ao aprofundamento da análise e levou em consideração o dia em que ocorreu a primeira grande mobilização na cidade, que reuniu cerca de 100 mil pessoas às ruas do centro da capital pernambucana. Vale ressaltar que, nessa data, foram

<sup>6</sup> Disponível em < <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/> > Acesso em 22 set 2014, as 10h33

realizados protestos em pelo menos 100 cidades do país, sendo 25 capitais. As ações levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas.

No desenvolvimento desse estudo, utilizou-se como corpus as matérias sobre as manifestações veiculadas pelo Diário de Pernambuco na edição do dia subsequente ao ato. A metodologia adotada foi a da análise de conteúdo combinada com a análise pragmática da narrativa jornalística.

### **Algumas questões sobre as manifestações e a cobertura da mídia**

Devido às grandes proporções alcançadas pelas manifestações de 2013, os protestos foram pauta constante nos meios de comunicação de massa. Ao observar a cobertura realizada pela grande mídia, é possível perceber que o critério de edição jornalística foi enquadrado nas depredações e atos de violência cometidos por uma parte dos participantes do movimento. A cobertura midiática nacional seguiu a tendência de explorar tal violência e, em boa parte das coberturas, suprimiu de seu discurso as reivindicações dos protestantes.

Para pesquisadores da comunicação, como Venício Lima (2013a), a cobertura dos meios de comunicação sobre as manifestações pode ser dividida em dois momentos: o de criminalização e o de tentativa de neutralidade.

A primeira reação da grande mídia (...) foi de condenação pura e simples das manifestações que, segundo eles, deveriam ser reprimidas com ainda maior rigor. No entanto, à medida que o fenômeno se alastrou, autoridades e mídia alteraram a avaliação inicial. A grande mídia, então, passa a cobrir os acontecimentos como se fosse apenas uma observadora neutra, que nada tem a ver com os fatos que desencadearam todo o processo (LIMA, 2013a).

A mudança na abordagem dos veículos de comunicação pode ser exemplificada pela postura do jornalista Arnaldo Jabor. Em sua crônica veiculada no Jornal da Globo<sup>7</sup>, da TV Globo, no dia 13/06/13, ele questionou os protestos, comparando-os a manifestações criminosas de São Paulo. Jabor afirmou, ainda, que "tudo é uma imensa ignorância política. (...) Esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos" (JABOR, TV GLOBO, 2013). No entanto, no dia 17/06/13, o jornalista voltou atrás em sua coluna veiculada na rádio CBN<sup>8</sup>:

<sup>7</sup> Disponível em <<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>, acesso em 25 de set 2013, as 18h56

<sup>8</sup> Disponível em <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>> acesso em 25 set 2013, as 19h10

Errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de 20 centavos. Era muito mais que isso. (...) eu critiquei-o (Movimento Passe Livre) porque temi que tanta energia fosse gasta em bobagem quando há graves problemas para se enfrentar no Brasil. Mas a partir de quinta-feira (13), com a violência maior da polícia, ficou claro que o MPL expressava uma inquietação que tardará no país. (...) Na mídia só aparecem narrativas de fracasso, de impunidades (...). Essa energia do Passe Livre tem que ser canalizada para melhorar as condições de vida no Brasil. (...) Esta oportunidade não pode ser perdida (JABOR, RÁDIO CBN, 2013).

Outro aspecto apresentado pelo pesquisador Venício Lima, no tocante à cobertura dos protestos, é a centralidade dos veículos de comunicação, uma vez que a mídia possui papel fundamental no agendamento do debate público.

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia (...) é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto. (...) a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de “tornar as coisas públicas”. Além de dar visibilidade pública, ela é indispensável para “realimentar” o processo e permitir sua própria continuidade (LIMA, 2013b, p. 89-90).

De acordo com Habermas (1997), a esfera pública articulada pela mídia pode ser entendida como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HEBRMAS, 1997, p. 92). Essa esfera faz parte da constituição das sociedades e é a dimensão na qual os assuntos públicos são abordados pelos atores públicos e privados. É nesse espaço em que se constitui a opinião pública, sendo essa entendida como considerações de parte da população a respeito de questões relacionadas ao estado, à sociedade e a outros temas de cunho público. Para Habermas (1984), a esfera pública passou a ser o lugar de conflito entre diferentes grupos de interesse que procuram a mídia para manipular a audiência, isto é, o público.

A partir do diagnóstico das patologias da modernidade como decorrentes de uma comunicação sistematicamente distorcida, Habermas (1997) vai atribuir às barreiras impostas pela estrutura de poder das elites às reivindicações dos indivíduos e movimentos sociais da periferia a prevalência nas deliberações políticas dos interesses particulares poderosos em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade.

Além da alta concentração dos veículos de comunicação controlados por alguns poucos grupos empresariais, a situação é agravada pelo grande número de concessões de rádio e televisão controladas por políticos, caracterizando, assim, uma perigosa e promíscua

relação entre mídia e poder (governo). Assim, a mídia não é só utilizada para obtenção de lucro e acumulação econômica capitalista, mas também se presta para difundir a ideologia consumista e o fetichismo da mercadoria como fator de massificação, atomização e fragmentação da consciência (HABERMAS, 1984).

Diante da importância dos veículos de comunicação para a propagação de ideias e de sua influência na esfera pública, pode-se afirmar que a política editorial de um veículo de comunicação, suas estratégias de enunciação e a escolha de publicizar determinados discursos/fontes em detrimento de outros/as, impactam diretamente no discurso proferido pelo jornal sobre determinado tema e, conseqüentemente e mais importante, influenciam na maneira como esse será recebido e interpretado pela opinião pública. Isso recai, inclusive, sobre os assuntos não abordados pela mídia: ao não pautar determinada questão ou ao abordá-la de maneira superficial, evidenciando apenas um lado do fato, os veículos de comunicação acabam por contribuir para o esvaziamento da discussão e para uma interpretação equivocada do tema na esfera pública.

Um exemplo são as questões relacionadas aos movimentos sociais e às reivindicações de interesse público. Para o pesquisador Leopoldo Volanin (2007), esses sempre foram alvo de críticas da mídia brasileira. “Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade, que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país” (VOLANIN, 2007, p. 2).

Sendo assim, a reprodução de estigmas preconcebidos é só um dos aspectos das coberturas das manifestações de junho de 2013. A mídia repetiu esse posicionamento no primeiro estágio da cobertura sobre os protestos, caracterizando os manifestantes como vândalos, exigindo o cumprimento do que considerava a ordem e instigando duras repressões para as ações dos manifestantes. No entanto, conforme os atos passaram a tomar grandes proporções e a atrair a simpatia da sociedade, houve uma mudança de estratégia e de discurso, comprometendo a credibilidade dos veículos e “evidenciado o conservadorismo político e o interesse econômico de adular o leitor” (MARINONI, 2013).

### **Protestos e a internet: alguns apontamentos**

Se as manifestações de 2013 são um importante marco histórico para o Brasil, os protestos ocorridos no Recife fazem parte essencial desse todo. Em especial, a passeata realizada em 20 de junho de 2013. A data marcou o primeiro protesto de grande extensão da

capital pernambucana imbuído da onda das manifestações nacionais. Cerca de 100 mil pessoas participaram do movimento, que se espalhou pelas principais ruas do centro do Recife. Os participantes foram, em sua maioria, convocados pelo manifesto *À luta, Recife*, em formato de postagem, nas redes sociais, cuja publicação apresentava as reivindicações do movimento, dentre elas: Passe Livre (*sic*) para estudante e trabalhador desempregado; Fim da Máfia das Empresas de ônibus - Licitação imediata nas (*sic*) linhas de ônibus! Contra a corrupção e por controle Social dos Conselhos do Consórcio Grande Recife! Também foram apresentadas reivindicações nacionais abrangentes: Contra a PEC-37! Contra a destinação das verbas públicas para a Copa do Mundo e Copa das Confederações! Repúdio ao Projeto de “CURA GAY!” Evento em sincronia com o Ato Nacional Contra o Aumento de Passagens (MANIFESTO RECIFE, 2013)<sup>9</sup>.

A exemplo do manifesto citado, os movimentos sociais e a população têm recorrido às redes sociais como ferramenta para expressar ideias, lutar por direitos e organizar ações reais. Ela pode ser um ambiente de contraponto ao posicionamento conservador e a ausência de espaço para a discussão plural nos veículos de comunicação de massa.

Para Castells (2003a), a internet possui, dentre outras características, a de formação autônoma de redes. Isto é, a possibilidade dada a qualquer pessoa de encontrar sua própria destinação na web, e, não a encontrando, de criar e divulgar sua própria informação, induzindo, assim, a formação de uma rede.

(...) a publicação autônoma, a auto-organização e autopublicação, bem como a formação autônoma de redes constitui um padrão de comportamento que permeia a Internet e se difunde a partir dela para todo o domínio social. Assim, embora extremamente diversa em seu conteúdo, a fonte comunitária da Internet a caracteriza de fato como um meio tecnológico para a comunicação horizontal e uma nova forma de livre expressão. Assenta também as bases para a formação autônoma de redes como um instrumento de organização, ação coletiva e construção de significado (CASTELLS, 2003a, p. 49).

O uso da internet pela sociedade civil, ao que se refere à formação de redes aqui elencada, pode configurar aquilo que Habermas chama de poder comunicativo. Segundo ele, esse poder surge a partir de “estruturas da intersubjetividade intacta de uma comunicação não deformada” (HABERMAS, 2003, p. 187), isto é, em ambientes nos quais a comunicação entre os sujeitos pode fluir de maneira livre, partindo-se do pressuposto de que a liberdade de expressão é um direito efetivamente assegurado a todos. O teórico

<sup>9</sup> Disponível em < <https://www.facebook.com/manifestorec?fref=ts> > Acesso em 05 ago 2015, as 14h45.

complementa que esse poder comunicativo surge “em lugares onde há uma formação da opinião e da vontade” (HABERMAS, 2003, p. 187), que, juntamente à liberdade comunicativa de cada indivíduo, expressa uma forma de pensar mais ampla, englobando diversos sujeitos provenientes de diferentes situações sociais, que estão empenhados na efetivação de uma nova comunidade na qual eles estarão inseridos (HABERMAS, 2003).

Assim, a sociedade civil, ainda que esteja em posição assimétrica em relação à estrutura de poder dos grupos políticos que controlam o aparelho de estado e as grandes corporações do mercado, pode mobilizar um saber alternativo ao já estabelecido.

O mecanismo que possibilita a influência dos atores sociais na esfera pública é a mídia, cujo espaço de visibilidade é imprescindível para se chegar ao grande público. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário, primeiro, que esses movimentos superem as barreiras que impedem a institucionalização dos temas da periferia na pauta dos próprios veículos de comunicação.

(...) a sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial. No entanto, a sociologia da comunicação de massas é cética quanto às possibilidades oferecidas pelas esferas públicas tradicionais das democracias ocidentais, dominadas pelo poder e pela mídia. (...) os agrupamentos da sociedade civil, são sensíveis aos problemas, porém os sinais que emitem e os impulsos que fornecem são, em geral, muito fracos para despertar a curto prazo processos de aprendizagem no sistema político ou para reorientar processos de decisão (HABERMAS, 1997, p. 106-107)

Contra este ceticismo da sociologia da comunicação, Habermas argumenta que existem momentos de crise em que as ações da sociedade civil organizada conseguem furar o bloqueio comunicacional, influenciar o discurso das mídias e, conseqüentemente, exercer pressão política na tomada de decisões. As Jornadas de Junho ofereceram inúmeros exemplos de mudanças na cobertura dos veículos de comunicação tradicionais. A pressão exercida pela sociedade civil, tanto em sua participação nas manifestações quanto em sua ação nas redes sociais, forçou na mídia a mudança de enquadramento dos protestos e das suas reivindicações, caracterizando o modelo de iniciativa externa descrito por Habermas (1997, p. 114), que acontece quando

a iniciativa pertence às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública. ‘O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda; 2) tenta propagar em outros grupos da

população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite; 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente.

Uma cobertura midiática, quando não consegue criminalizar determinado movimento social, acaba por ajudar a legitimá-lo diante da opinião pública. Dessa maneira, os veículos de comunicação acabaram por mediar a influência das manifestações de junho na esfera pública, ampliando sua força. A organização da sociedade nas manifestações e na conquista de espaço aberto na mídia possibilitou a influência política da periferia da estrutura de poder, conquistando vitórias concretas para os movimentos sociais, como a revogação do aumento das passagens e a rejeição da PEC 37, que pretendia impedir a atuação do Ministério Público. Esse é um claro exemplo de que, “a partir do momento em que acontece uma mobilização, as estruturas sobre as quais se apóia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar. E as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações” (HABERMAS, 1997, p. 113).

### **A cobertura do Diário de Pernambuco**

Tendo em vista as características dos protestos ocorridos em 2013 que se configuraram enquanto acontecimentos em movimentos, nos quais uma manifestação dava origem a outros protestos nos dias subsequentes, se fez necessário escolher um ato específico a fim de que pudéssemos analisar a cobertura de um acontecimento com começo e fim. Trabalharemos, portanto, com a narrativa do Diário de Pernambuco sobre uma manifestação pontual, que sabemos estar inserida em uma complexa rede de protestos que se alargou espacial e temporalmente. Para tal, partimos da materialidade discursiva da edição do dia 21 de junho de 2013 para poder analisar a cobertura das manifestações do dia 20 de junho.

Quanto à metodologia, utilizamos a análise de conteúdo combinada com algumas questões pontuais da análise pragmática da narrativa jornalística. Para tal, elencamos como categorias de análise: (a) identificação do conflito existente na cobertura; (b) identificação dos enunciados que detonem posicionamento do jornal e dos enunciados que caracterizam as manifestações; (c) identificação das estratégias enunciativas utilizadas na cobertura; (d) uso de elementos não textuais; (e) presença de personagens e qual lugar na cobertura .

No que se refere à edição analisada, se faz necessário destacar que a cobertura do protesto é composta da capa do jornal e de 16 matérias, sendo oito textos principais e oito matérias vinculadas, que abordam diferentes aspectos do mesmo objeto. Apesar de terem sido escritas por jornalistas diferentes, elas fazem parte de um mesmo contrato cognitivo estabelecido entre o jornal e o leitor, não causando dissonância no discurso proferido.

O primeiro aspecto aqui analisado é a existência do conflito. Apesar do discurso abordar as manifestações do dia 20 de junho, percebe-se que existe uma dissonância acerca dos protestos ocorridos no Recife e nas outras cidades do Brasil, baseada na dicotomia violência x paz, com uma binária divisão de enunciações conflituosas. Esse conflito é fator constitutivo de toda a cobertura apresentada ao longo da edição, e está presente logo na capa, quando a cobertura divide-se em duas partes: a estratégica escolha da imagem do movimento no Recife, na qual o foco são os cartazes com reivindicações, e imagens de violência nas manifestações de outras cidades do Brasil colocadas como posições divergentes. Enquanto a capital pernambucana é representada como localidade de civilidade e paz, as outras capitais do Brasil são representadas pelo discurso da violência.

Além das imagens, o uso de termos como *lição* de maneira topicalizada – no título – remete-nos a ideia de superioridade, na qual o Recife alcança a posição de ensinar algo, e as outras capitais ocupam o espaço de aprendizes. Essa posição é corroborada, inclusive, pelo posicionamento dos textos e das imagens, no qual as informações relativas ao Recife aparecem na parte de cima da capa, espaço nobre e de maior destaque.

As dicotomias Recife – Brasil e Violência – Paz perpassam toda a cobertura. Além da divisão na capa, os conteúdos, publicados todos na editoria de Política, também são divididos na apresentação do caderno: as notícias relativas ao regional aparecem nas primeiras páginas e estão em maior número, totalizando 10 textos. Essa é uma clara estratégia discursiva de destacar o acontecimento local, seguindo a premissa jornalística da proximidade.

Ainda no tocante às estratégias enunciativas, podemos destacar algumas questões. Diante do volume de considerações a serem elencadas, vamos dividir esse momento em duas partes: a primeira diz respeito às estratégias discursivas relacionadas à cobertura dos protestos no Recife; a segunda, à cobertura das manifestações em outras cidades do país.

No que concerne à narrativa do acontecimento regional, ao se referir aos atos de violência que ocorreram durante a manifestação, os jornalistas e o veículo de comunicação utilizam estratégias narrativas que amenizam o caráter negativo desses atos e evidenciam a

pacificidade da manifestação como um todo: “Nem tudo foram flores, mas o sentimento de mudança prevaleceu” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Últimas, p. A2). Em outra matéria, intitulada *Casos isolados de violência*, o jornalista caracteriza os conflitos ocorridos no protesto como briga entre grupos rivais, isolando, como o próprio título sugere, a violência do protesto.

O protesto do Recife teve duas faces. A mais duradoura foi de tranquilidade. A menor, de violência e pânico, o que nem todas as pessoas que estiveram nas avenidas centrais da cidade viram. Muitos que presenciaram a violência, como a briga entre grupos rivais, na Avenida Guararapes, em Santo Antônio, decidiram antecipar a volta para casa. E os que seguiram até o Marco Zero (...) decidiram continuar suas lições de cidadania. (...) quando alguns rapazes jogaram pedras sobre os adversários houve correria e pânico, mas logo depois a Avenida Guararapes foi tomada pelos gritos de “Abaixo a violência! Abaixo a violência!”. (DA PAZ, Política, 21/06/13, p. A4).

No contraponto da amenização da violência está a estratégia que visou destacar o caráter festivo e agregador da passeata do Recife. Esse último ponto pode ser percebido no trecho “A pé, de bicicleta ou skate. Sem carros ou ônibus, o sinal estava verde para outros meios de transporte. (...) Cinthia Lombardi aproveitou a mobilização para pedir melhorias na acessibilidade” (PASSOS, Política, 21/06/2013, p. A5), publicado na matéria *O dia em que o trânsito parou*. O caráter festivo da manifestação foi evidenciado na matéria *Recifenses erguem bandeiras da paz*

Os segmentos não dialogavam entre si ao longo do trajeto, mas – pelos sorrisos – pareciam felizes com a descoberta de um novo poder de mobilização coletivo. Cantavam o famoso “Eu sou brasileiro/ Com muito orgulho”, dançavam ao som do maracatu ou batiam palmas para convidar os moradores dos prédios para descer e se juntar a todos (BESSA, Política, 21/06/16, A3).

Sobre os elementos não textuais, nas 10 matérias que compõem o universo de textos que abordam as manifestações no Recife, foram utilizadas 41 imagens e duas artes. Apesar do grande volume, apenas uma fotografia relatou violência e todas as outras tinham como personagens os cartazes e os manifestantes, retratados com feições imbuídas de esperança e um largo sorriso. Isso denota que o uso de elementos imagéticos corrobora a estratégia enunciativa de enaltecer o caráter pacífico do movimento.

A segunda parte, no tocante a abordagem dos protestos em várias capitais do Brasil, pode-se perceber o uso de estratégias enunciativas muito parecidas com as utilizadas nas matérias sobre a manifestação do Recife, no entanto com o efeito semântico oposto. Aqui, todo o discurso foi embasado na evidência da violência e da depredação ocorrida durante os

protestos. Essa estratégia fica evidente desde os títulos das matérias, nos quais todos carregam consigo o efeito negativo das passeatas: *Desordem e progresso* (p. A10), *Resposta dura da polícia* (p. A10), *Um arrastão de vandalismo* (p. A10), *Símbolos do poder alvos da multidão* (p. A11), *Primeira morte por protestos* (p. A11) e *Conflito na chuva* (p. A11).

O uso de enunciados como desordem, morte, arrastão, conflito, vandalismo, entre outros, denota um caráter negativo para o objeto que está sendo narrado. As manifestações ocorridas no Rio de Janeiro, em Salvador, Porto Alegre e São Paulo, retratadas pelo Diário de Pernambuco, tendem a ser recebidas pelo leitor/receptor de maneira não positiva. E não é só o uso desses termos, mas toda a construção narrativa desemboca em um discurso semanticamente negativo e oposto à narrativa sobre os protestos recifenses. Essa oposição fica evidente no trecho “Manifestantes radicais venceram a maioria pacifista e deram o tom dos protestos em série que tomaram ontem as ruas do país” (DIÁRIO DEPERNAMBUCO, Política, 21/06/2016, p. A10).

Sobre o uso de componentes não textuais, das sete imagens que ilustram as matérias, cinco retratam situações de conflito, uma tem como personagem sede de órgão público e uma mostra uma multidão dispersa. Nenhuma delas abarca cartazes com reivindicações, nem tem como protagonistas manifestantes sorridentes, em um importante contraponto às imagens utilizadas na narração do protesto recifense.

No que se refere às estratégias discursivas como um todo, é possível perceber que as escolhas lexicais limitam o leque de possibilidades de interpretação do acontecimento por parte do leitor/receptor. A partir da cobertura jornalística do Diário de Pernambuco, a interpretação do leitor acerca das manifestações no Recife será, quase em sua totalidade, positiva. O enaltecimento da pacificidade dos atos, somado ao conjunto de características agregadas às manifestações na cidade, tais como festiva, encurtam a possibilidade de uma interpretação diferente da que foi contada.

Sobre a caracterização dos personagens, a polarização permanece: os manifestantes do Recife possuem voz e vez na cobertura, com diagramação de página que evidencia suas falas e seus rostos, são caracterizados pela profissão, com uma denotação de cidadãos de bem. Já os participantes dos protestos nas outras capitais não são retratados empunhados cartazes, mas caracterizados como “manifestantes mais radicais” e retratados nas imagens de maneira agressiva – como o manifestante que joga um objeto nos vidros da esplanada dos Ministérios, em Brasília. Na narrativa, são sinônimos de vândalos. “Quando as

produções jornalísticas recorrem a traços específicos e demasiado limitados para caracterizar os atores sociais, podem estar a contribuir para a criação de universos de percepção estanques, dos quais, o grande público se torna refém” (ARAÚJO, 2011, p. 12-13).

Essa estratégia de generalização contribui para a formação de uma imagem específica das manifestações: de um lado manifestantes educados que exercem seu direito de protestar, de maneira pacífica e ordeira, por uma sociedade mais justa; do outro, vândalos e baderneiros que vão às ruas para brigar e depredar o patrimônio público, causando “um dos episódios mais lamentáveis das manifestações até agora” (DIARIO DE PERNAMBUCO, Capa, 21/06/13, p. A1). Esse trecho também exemplifica a presença de estratégia de subjetivação, na qual o jornalista faz uma avaliação do fato.

No que concerne à relação comunicativa, o jornalista utiliza conjuntos de enunciados para caracterizar os manifestantes e os próprios protestos. Esses enunciados possuem cargas semânticas distintas e a utilização desses vocabulários é resultado

(...) não apenas de escolhas lexicais determinadas, mas, como lembra van Dijk (2005), são, claramente, decisões ideológicas, que revelam o posicionamento do enunciatador e, conseqüentemente, constroem mapas mentais de percepção, importantes para que também o público se posicione (ARAÚJO, 2011, p. 16).

Outro aspecto a ser ressaltado nesta pesquisa se refere à cobertura dos movimentos sociais: a edição do Diário de Pernambuco rompeu, em parte, com uma memória discursiva acerca dos protestos de rua e as redes enunciativas que geravam efeitos de sentido já pré-determinados. Em outras coberturas de movimentos sociais, em especial das passeatas contra o aumento da passagem de ônibus ocorridas em outros anos, o discurso proferido pelo jornal teve como foco os transtornos causados pelas manifestações, em especial a paralisação do trânsito, conferindo caráter negativo ao movimento.

Desta vez, o confronto não foi com a polícia. O novo protesto de um pequeno grupo de estudantes contra o aumento das passagens gerou cenas de caos urbano, revolta e medo. Motoristas, motoqueiros e passageiros de ônibus chegaram a discutir de forma ríspida com os jovens. O trânsito entrou em colapso, com retenções de Olinda a Boa Viagem. O choque de interesses entre os manifestantes e a população deixa claro que a estrutura viária da cidade não suporta mais essa forma de protesto. Na confusão uma mulher de 65 anos foi atropelada. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 10/02/2012, A1).

Na edição do dia 21/06/13, ao relatar a manifestação de 2013, o veículo demonstra essa ruptura de memória logo em sua chamada de capa, cujo título é *A lição do Recife para o Brasil*

A violência perdeu feio para a paz no Recife. Milhares de pessoas tomaram as ruas da cidade, ontem, e fizeram história. Os poucos que tentaram macular o caráter civilizado das manifestações não encontraram apoio junto à maioria. Policiais e manifestantes estavam do mesmo lado. Mais do que um protesto, foi uma aula de democracia e cidadania (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21/06/13, A1).

Entretanto, a memória discursiva de criminalização dos movimentos sociais não foi de todo rechaçada; esteve presente na cobertura ao relatar as manifestações ocorridas em outras cidades brasileiras. Os diversos manifestantes foram classificados pela mídia como vândalos e baderneiros. Ao analisar a cobertura da mídia brasileira sobre os protestos, Carlos Castilho (2013) afirma que a mídia assumiu a defesa de interesses privados das grandes corporações. “O comportamento da imprensa (...) mostrou que ela está despreparada para enfrentar um desafio dessas dimensões. (...) Se comportou como um partido político, o que aumentou ainda mais o seu distanciamento em relação aos manifestantes jovens” (CASTILHO, 2013).

Após análise da cobertura, pode-se denotar que o fundo moral sobre o qual se desenvolve a cobertura do Diário de Pernambuco é a realização de manifestações de forma pacífica. No decorrer de toda a narrativa, a dualidade entre paz e violência está presente, em uma evidente caracterização entre bem e mal, positivo e negativo. Pode-se citar, inclusive, a manchete do jornal “A lição do Recife para o Brasil”, na qual deixa transparecer que o país deve aprender a lutar por seus direitos sem violência.

### **Considerações finais**

Com o crescimento das adesões aos protestos, as manifestações de junho de 2013 ganharam cada vez mais destaque nos veículos de comunicação. Entretanto, a cobertura limitava-se à criminalização do movimento e ao enfraquecimento de suas reivindicações. Ao passar dos dias, as ácidas críticas ao comportamento dos veículos tradicionais de comunicação ganharam espaço nas redes sociais e, juntamente com a violência policial contra profissionais da mídia e o crescente apoio social as manifestações, fizeram com que as coberturas midiáticas mudassem o tom dos discursos.

Entretanto, a narrativa produzida pelo Diário de Pernambuco sobre as manifestações do dia 20 de junho de 2013 é um exemplo de coexistência dessas duas coberturas. Se, por um lado, evidenciou o caráter pacífico das manifestações do Recife, dando voz e vez para os manifestantes, permaneceu com a caracterização negativa sobre os participantes de manifestações em outras capitais brasileiras. A narrativa jornalística permaneceu com sua dualidade, tendo como elemento constituinte a dicotomia entre violência e paz.

Dessa maneira, ao analisar as estratégias narrativas do DP, pode-se afirmar que uma mudança de tom da narrativa não significa, necessariamente, uma transformação no olhar sobre os movimentos sociais por parte da mídia tradicional, mas pode indicar uma necessidade de adequação dos mesmos a várias questões, das quais podemos apontar duas. A primeira refere-se ao clamor das ruas no que tange às reivindicações de melhorias na qualidade de vida da população; a segunda, à necessidade de permanecer no contexto social como agente legitimador da voz do público, papel esse que seria rechaçado caso não observasse os protestos de maneira diferente, tendo em vista a indignação dos manifestantes em todo o país com o tratamento dispensado pela mídia às manifestações.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Bruno. **A narrativa jornalística e a construção do real:** Como as revistas Veja e IstoÉ trataram a manifestação dos estudantes da Universidade de São Paulo em 2011. 2011. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf> > Acesso em 12 fev 2016

BESSA, Silvia. O Centro parou. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A3, 21 jun 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTILHO, Carlos. **O desafio da complexidade na crise das manifestações de rua.** Disponível em <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/o\\_desafio\\_da\\_complexidade\\_na\\_crise\\_das\\_manifestacoes\\_de\\_rua](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/o_desafio_da_complexidade_na_crise_das_manifestacoes_de_rua)> Acesso em 24 set 2013, as 18h20.

DIÁRIO de Pernambuco. A lição do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A1, 21 jun 2013.

DIÁRIO de Pernambuco.com. **A vez do Recife protestar contra tudo.** Disponível em <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/06/20/interna\\_politica,446152/a-vez-do-recife-protestar-contra-tudo.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/06/20/interna_politica,446152/a-vez-do-recife-protestar-contra-tudo.shtml)> Acesso em 07 ago 2015, as 15h40.

GALLO, Solange. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)Curso.** V.1, n.2, jul/Dez. 2001. Disponível em < <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0102/010203.htm> > Acesso em 09 fev 2016, as 17h45

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LIMA, Venício. As manifestações de junho e a mídia. *In.*: Brasil de Fato. 2013a. Disponível em <<http://www.brasilefato.com.br/node/13347>> Acesso em 22 set 2013, as 17h57

\_\_\_\_\_. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *In.*: MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013b, p. 89-94.

MARINONI, Bruno. **Duras críticas à cobertura da mídia tradicional**. Disponível em <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed753\\_duras\\_criticas\\_a\\_cobertura\\_da\\_midia\\_tradicional](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed753_duras_criticas_a_cobertura_da_midia_tradicional)> Acesso em 22 set 2013, as 20h21

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os “outros” da rua: acontecimento discursivo das manifestações de 2013. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. II, n. 30, p. 37-55, 2014. Disponível em <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/676/pdf>>, acesso em 10 jul 2015, as 19h12.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. 2001. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>> Acesso em 21 jul 2013, as 21h05

PLOU, Dafne; VIEIRA, Vera. **Mulher e Tecnologias**: a virtualidade como espaço transformador das relações de gênero. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007.

RÁDIO CBN. **Arnaldo Jabor: Amigos eu errei e muito mais do que 20 centavos**. Disponível em <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>> acesso em 25 set 2013, as 19h10

ORLANDI, Eni. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA, Kátia Menezes de; INÁCIO, Elissandro Martins. Os sentidos dos acontecimentos no jogo discursivo liderado pela mídia. *In.*: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais**. Disponível em <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/KatiaMenezesDeSousa.pdf>>, acesso em 07 ago 2015, as 16h12.

TV GLOBO. **Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus**. Disponível em <<http://globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>, acesso em 25 de set 2013, as 18h56

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VOLANIN, Leopoldo. Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. *In.*: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. V.1. 2007. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2007\\_unicentro\\_hist\\_artigo\\_leopoldo\\_volanin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_unicentro_hist_artigo_leopoldo_volanin.pdf)> Acesso em 24 set 2013, as 20h04